

Texto para Discussão Nº 61 - Março 2011

Discussion Paper No. 61 - March 2011

**DISCRIMINAÇÃO ESPACIAL NO MERCADO DE
TRABALHO: O CASO DAS FAVELAS DO RIO DE
JANEIRO**

Leandro Pereira da Rocha - UFF, IPP

Marcelo Pessoa - ENCE/IBGE

Danielle Carusi Machado - CEDE/UFF

DISCRIMINAÇÃO ESPACIAL NO MERCADO DE TRABALHO: O CASO DAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO*

Leandro Pereira da Rocha¹

Marcelo Pessoa

Danielle Carusi Machado²

Resumo

As favelas do Rio de Janeiro são objetos de diversos estudos e foco de políticas públicas que visam à integração destas ao resto da cidade. Desde seu surgimento, as favelas se localizam na retaguarda da alta sociedade, seus moradores buscando uma localização mais próxima ao ambiente de trabalho. Os trabalhadores provenientes destas eram, em sua maioria, desqualificados profissionalmente e aceitavam quaisquer empregos que lhes eram oferecidos. Ainda hoje, no imaginário da população carioca, os trabalhadores ‘favelados’ são estigmatizados e considerados de segunda classe. O objetivo deste estudo é buscar evidências de discriminação no mercado de trabalho entre moradores de favelas da cidade do Rio de Janeiro. A discriminação espacial ocorre quando trabalhadores com mesma qualificação profissional e mesma produtividade recebem salários diferenciados por conta de estarem espacialmente segregados.

Palavras-chave: Mercado de trabalho, discriminação, discriminação espacial, renda, favelas, Rio de Janeiro.

Abstract

Rio de Janeiro's *favelas* are the subject of several studies and focus of public policies aimed at integration of the entire city. Since its inception, the *favelas* are located at the rear of the high society looking for a better access to job offer. Because workers from these were mostly unqualified professionally, they had accept any job offered to them. Even today, in the minds of the population of Rio, workers from *favelas* are stigmatized and considered second class workers. The objective of this study is finding evidence of discrimination in the labor market among *favelas* dwellers in the city of Rio de Janeiro. The spatial discrimination occurs when employees with the same qualifications and same productivity receive different wages.

Keywords: Labor market, discrimination, income, favela, Rio de Janeiro, spatial discrimination

* Este trabalho foi fruto do Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Econômicas em 2011.

¹ Aluno de graduação da Faculdade de Economia da UFF e do Instituto Pereira Passos (IPP).

² Professora da Faculdade de Economia da UFF e pesquisadora do CEDE/UFF.

Introdução

As favelas da cidade do Rio de Janeiro surgiram no início do século XX e cresceram muito desde então. O seu desenvolvimento está ligado à história da cidade, tal qual a sua evolução econômica, social, cultural, política e urbanística. Ainda hoje as favelas são um grande problema para a cidade carioca e diversas políticas públicas estão sendo implantadas na tentativa de integrar estas favelas à cidade.

Neste artigo, iremos analisar se existe discriminação espacial no mercado de trabalho do Rio de Janeiro usando a base de dados da PNAD de 2009. A característica discriminatória, neste caso, é a geográfica, e, particularmente, se o trabalhador mora nas áreas denominadas favelas.

Para esta análise, inicialmente apresentaremos um breve histórico das favelas cariocas, desde antes do seu surgimento, mostrando os fatores que levaram a origem das primeiras favelas da cidade. Será abordada a evolução dessas no decorrer do século XX e a importância que estas ganharam nos dias atuais. Na seção seguinte, abordaremos o conceito de discriminação. A discriminação ocorre quando indivíduos com as mesmas características observadas e a mesma produtividade no trabalho recebem salários diferenciados. Ao fim desta seção serão apresentadas as diferenças de rendimentos entre bairros vizinhos às favelas do Rio de Janeiro.

Na seção seguinte será apresentado o embasamento econométrico utilizado. Veremos a base de dados usada, a metodologia e, por fim, os resultados alcançados com o arcabouço estatístico utilizado neste estudo.

2. Breve histórico das favelas cariocas

O surgimento das favelas não ocorre de forma planejada, pelo contrário, este processo se dá de forma desorganizada e desenfreada. A origem das favelas é um fenômeno complexo que se deu em parte pelo crescimento muito rápido da população e em parte pelo descaso dos governantes frente à população desprovida de recursos.

Antes das favelas, pobres e ricos não eram loteados em espaços específicos destinados a cada classe. Os trabalhadores viviam próximos uns dos outros para aumentar a sua condição de segurança. Existiam grandes aglomerados de moradias cuja característica

principal usada para diferenciar ricos e pobres era simplesmente a sua aparência. Em 1870, ainda com uma população de 235.000 habitantes, a cidade comportava de forma “sustentável” este sistema residencial (Vaz, 1994).

A Abolição da Escravatura em 1888, a queda do Império e a Proclamação da República em 1889, foram eventos importantes que mudaram a ordem política, econômica, social e espacial da cidade do Rio de Janeiro.

Neste período situado na metade do século XIX e que levou suas conseqüências até o início do século XX, a cidade passa por uma transformação em sua forma urbana. “A estrutura espacial da cidade passa a ser marcada pela estratificação em termos de classes sociais” (Abreu, 1988). Inicia-se um delineamento do espaço urbano na cidade.

No centro da cidade residia a parte da população carioca mais pobre. Não existia um sistema funcional de transporte público e os trabalhadores dependiam, portanto, que sua residência se localizasse em local próximo ao seu trabalho. Deste cenário que surgem as chamadas habitações coletivas, ou melhor, os cortiços (Vaz, 1994).

Tabela 1 - Número de cortiços por freguesia: Município do Rio de Janeiro, 1869/1888

Freguesia	Cortiços		Taxa de Crescimento (%)
	1869	1888	
<i>Sant'anna</i>	154	329	114
<i>Santo Antônio</i>	69	115	67
<i>Santa Rita</i>	50	66	32
<i>Glória</i>	107	154	44
<i>São José</i>	44	74	68
<i>Espírito Santo</i>	65	158	143
<i>Engenho Velho</i>	42	72	71
<i>Lagoa</i>	45	119	164
<i>Sacramento</i>	31	74	139
<i>São Cristovão</i>	35	100	186
Total	642	1261	96

Fonte: Pimentel, Antonio Martins Azevedo – Subsídios para o Estudo da Higiene no Rio de Janeiro, RJ, Typ e Cith. De Carlos Gaspar da Silva, 1890, pp. 187 e 188. Retirado de Ribeiro (1997), p. 177 (Adaptado)

Com o crescimento populacional intenso no final do século XIX, os cortiços foram crescendo e de forma acelerada se multiplicaram como pode ser visto na tabela 1. Em duas décadas, os cortiços cresceram 96%, sendo Sant'anna, na região central, a localidade mais populosa, passando de 154 cortiços em 1869 para 329 em 1888, um crescimento de 114%. Os trabalhadores assalariados necessitavam deste tipo de moradia barata que, neste período, já abrigava cerca de 50% da população carioca (Campos, 2004).

Os cortiços eram marcados pela insalubridade. Um grande número de pessoas vivia em um espaço físico degradado e pequeno, com iluminação precária e pouca ventilação. Os banheiros eram coletivos e não havia um sistema de esgoto funcional. Estas e outras precariedades degradavam a saúde de seus habitantes. Dada a situação de insalubridade, o Estado passou a proibir a construção de novos cortiços e a regularizar os que já existiam. Com uma proposta de renovação urbana e sofrendo pressão de um novo tipo de empresariado, que surgiu com o nascente mercado imobiliário, o governo propôs a construção de habitações coletivas higiênicas. Porém, o padrão idealizado pelo Estado para as novas moradias coletivas tinha um custo elevado demais para os trabalhadores assalariados.

O país estava passando por um bom momento na economia. Crescia em ritmo acelerado puxado pela intensificação das atividades exportadoras. Dado o novo contexto em que se enquadrava o Brasil, a sua capital, o Rio de Janeiro, não poderia ficar pra trás.

Durante a administração de Francisco Pereira Passos (1902-1906) ocorreu uma série de melhoramentos no espaço urbano da cidade. A Reforma Passos, fruto de uma união entre o governo municipal e o governo federal, consolidou a primeira intervenção direta do poder público sobre o espaço urbano. Esta Reforma se centrou em três pontos: o controle sanitário, o urbanístico e o da circulação (Vaz, 1994).

Neste período, os cortiços que ainda “sobreviviam” no centro da cidade e que hospedavam os trabalhadores que não tinham condições financeiras de dali saírem foram demolidos e seus moradores expulsos. Entretanto, estes trabalhadores não podiam se afastar do centro da cidade, pois ali se concentravam as ofertas de trabalho. Logo, estes foram buscar uma alternativa para continuarem morando na região central da cidade, esta alternativa foi a favela.

O processo de urbanização do governo municipal deveria ter levado em conta o que aconteceria com estes trabalhadores que habitavam os cortiços. O descaso com estes, fez com que o “problema” apenas mudasse de lugar. O fenômeno da favela, por sua informalidade e falta de controle, representava tudo o que o governo estava querendo que desaparecesse da cidade.

A queda do Império no final do século XIX torna a região central do Rio menos interessante para as classes altas da sociedade. Já neste período, essas começam a se dirigir para a Zona Sul.

O deslocamento da população rica fez com que o mercado de trabalho se descentralizasse. As obras de urbanização do início do século XX facilitaram esse movimento, as ruas foram alargadas e linhas de bondes construídas. Os agentes imobiliários prepararam a Zona Sul para receber a classe alta, mas não se preocuparam com a classe trabalhadora que, seguindo o fluxo da oferta de serviços, migrou também para esta localidade.

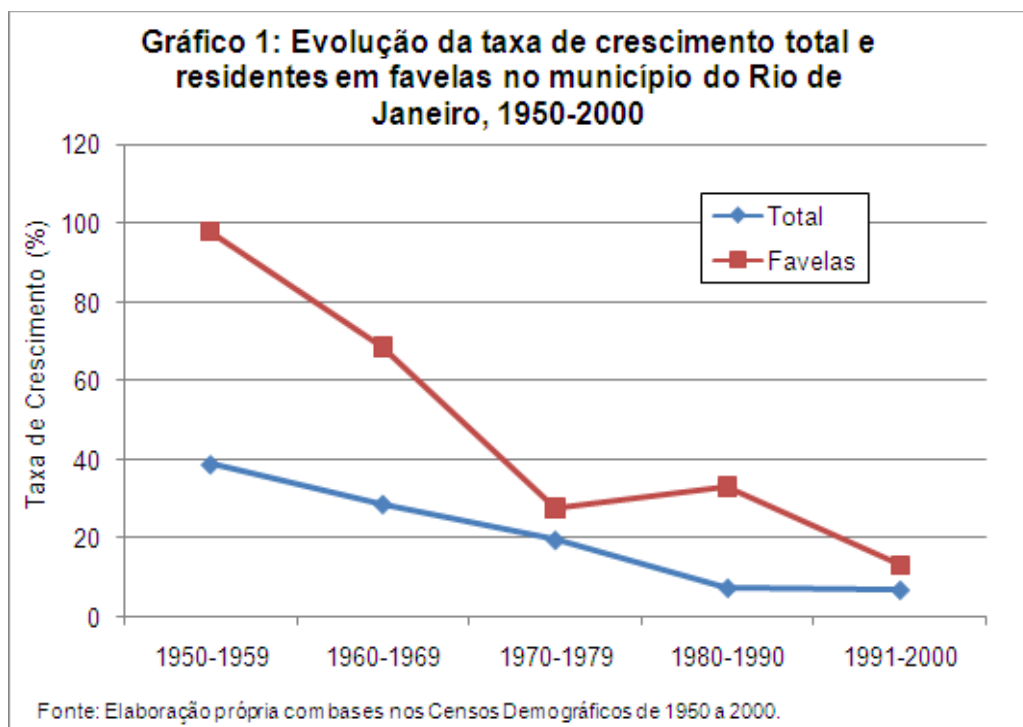
Do outro lado da cidade, na Zona Norte, se formava o setor industrial carioca e atraía outro contingente de trabalhadores. Com a implantação de trens, que ligavam o centro às regiões suburbanas, a população começa a se distribuir pela cidade. A melhoria da mobilidade proporcionada pelo aumento do transporte coletivo e a descentralização da oferta de trabalho marcam o período como a “primeira fase de expansão da malha urbana carioca” (Abreu, 1988).

O Rio de Janeiro, como capital do país, sempre atraiu trabalhadores em busca de melhores oportunidades. Com o processo de urbanização em alta, houve um crescimento da cidade e do número de obras induzindo um fluxo de migrantes para o Rio de Janeiro.

Os migrantes vinham das cidades pequenas ao redor da capital, da zona rural e de outras regiões do país, principalmente do Nordeste. O Estado, voltado para atender aos interesses da indústria e do mercado imobiliário, não desenvolveu políticas habitacionais que dessem conta desse aumento de migrantes pobres que a cidade recebeu (Silva, 2010). Como o fluxo de migrantes, a pobreza na cidade carioca e o aumento do número de favelas aumentaram.

O que diferencia a favela no Rio de Janeiro da população miserável das cidades asiáticas é que os trabalhadores da cidade carioca não são, em sua grande maioria, operários. O porquê se dá pelo fato da urbanização intensa no Rio não ser acompanhado por uma intensa industrialização. “Para entender o pobre no Rio de Janeiro é necessário olhar o contexto maior, o de desenvolvimento econômico.” (Lessa, 2005).

Na segunda metade do século XX, as favelas continuaram a crescer. O gráfico 1 mostra que a população nas favelas cariocas cresce de forma mais rápida do que a população total do município. O crescimento dos residentes em favelas segue a tendência do crescimento total dos residentes na cidade, porém a linha de taxa de crescimento da população favelada está sempre acima da linha de taxa de crescimento da população no município.



A ausência de políticas habitacionais só piorava o processo de favelização. As favelas começavam a ganhar visibilidade e começavam também a incomodar. O Plano Agache foi o primeiro documento oficial a citar a presença de favelas no Rio de Janeiro. No Censo Demográfico de 1950, cerca de 7% da população já se encontrava nas 105 favelas existentes na cidade (Valladares, 2000).

As favelas começaram a chamar a atenção no cenário político. Uma população grande significava muitos votos e logo as favelas viraram campo de atuação política. Nesse contexto se dava uma luta ferrenha pelo controle político sobre a população das favelas e, em meio a barganhas em troca de votos, os aspirantes a governantes se tornavam verdadeiros intermediários entre os recursos que saíam do asfalto para entrar na favela. Com toda a atenção política voltada para as favelas surgiram às primeiras políticas habitacionais para a população de baixa renda (Silva, 2010).

A ditadura militar trouxe muitas preocupações à população favelada. O período de 1960 a 1980 foi marcado por remoções de favelas e opressão política à população favelada. O governo implantou um programa maciço de construções habitacionais, através do BNH e da COHAB, porém não havia uma eficiente focalização e, muitas vezes, esses não atingiam a população pobre acarretando em um aumento da favelização (Lessa, 2005).

O governo Brizola na década de 1980 representou uma nova forma de lidar com as favelas visando, ao invés de remoções, a implantação de projetos de infra-estrutura. O

programa mais importante de Brizola foi o chamado “Cada Família um Lote”, que tinha como objetivo a regularização fundiária das moradias nas favelas. Este programa legitimizava as favelas e as integrava oficialmente a cidade (Silva, 2010).

A regularização das favelas acabou com a ameaça de remoções e colocou em melhores condições os trabalhadores favelados, principalmente os da Zona Sul, pois estavam em áreas privilegiadas quanto à acessibilidade e proximidade do principal mercado de trabalho. “Esta melhora pode ser vista pelo maior nível de investimentos dos moradores de favelas em suas próprias casas, em que se tem a mudança maciça de barracões de madeira e zinco a construções de alvenaria” (Silva, 2010).

A década de 1990 e o início dos anos 2000 são marcados pela manutenção da política dos governos anteriores de prover infra-estrutura e regularizar os imóveis em favelas. Nesse contexto, em 1995, surge o Programa Favela-Bairro, um programa de urbanização das favelas. Este assumia a favela como algo que precisava ser integrado a cidade em definitivo e buscava a utilização racional do espaço (calçamento, ruas largas para facilitar a locomoção, esgotamento sanitário, energia elétrica, creches, postos de saúde, etc.), assim como acontece nos bairros (Lessa, 2005). O programa teve resultados positivos quanto à infra-estrutura, porém não conseguiu diminuir o que se tinha de discriminação espacial entre favelados e não favelados.

As favelas continuam a crescer e a ocupar uma área cada vez maior da cidade do Rio de Janeiro. Como lidar com esta situação e melhorar as condições de vida da população favelada e conseqüentemente melhorar a visibilidade do trabalhador favelado no mercado de trabalho torna-se um desafio cada vez maior.

Existem hoje na cidade do Rio de Janeiro cerca de 600 favelas, segundo dados do Sistema de Assentamento de Baixa Renda (Sabren)³. Dos 6,3 milhões de habitantes da cidade do Rio, 1,4 milhões vivem em favelas, ou seja, mais de 22% dos cariocas residem em favelas (Censo/IBGE, 2000).

A tabela 2 mostra que entre os cinco maiores municípios do estado, o município do Rio de Janeiro é o que apresenta a maior proporção de moradores de aglomerados subnormais⁴. A proporção de moradores em aglomerados subnormais de 22,16% que

³ Fonte: <<http://portalgeo.rio.rj.gov.br/sabren/index.html>> extraído em 13-03-2012.

⁴ O IBGE considera aglomerado subnormal todo "conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (casas, barracos, palafitas etc.) carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais (abastecimento de água, disponibilidade de energia elétrica, destino do lixo e esgotamento sanitário) ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. Ou seja, aglomerado subnormal engloba favela, invasão, grota, baixada, comunidade, vila, ressaca, mocambo, palafita são diferentes tipos de ocupação irregular existentes no país.

apresenta o Rio de Janeiro é quase 6 pontos percentuais maior do que a sua vizinha metropolitana, e segunda colocada na lista, Niterói.

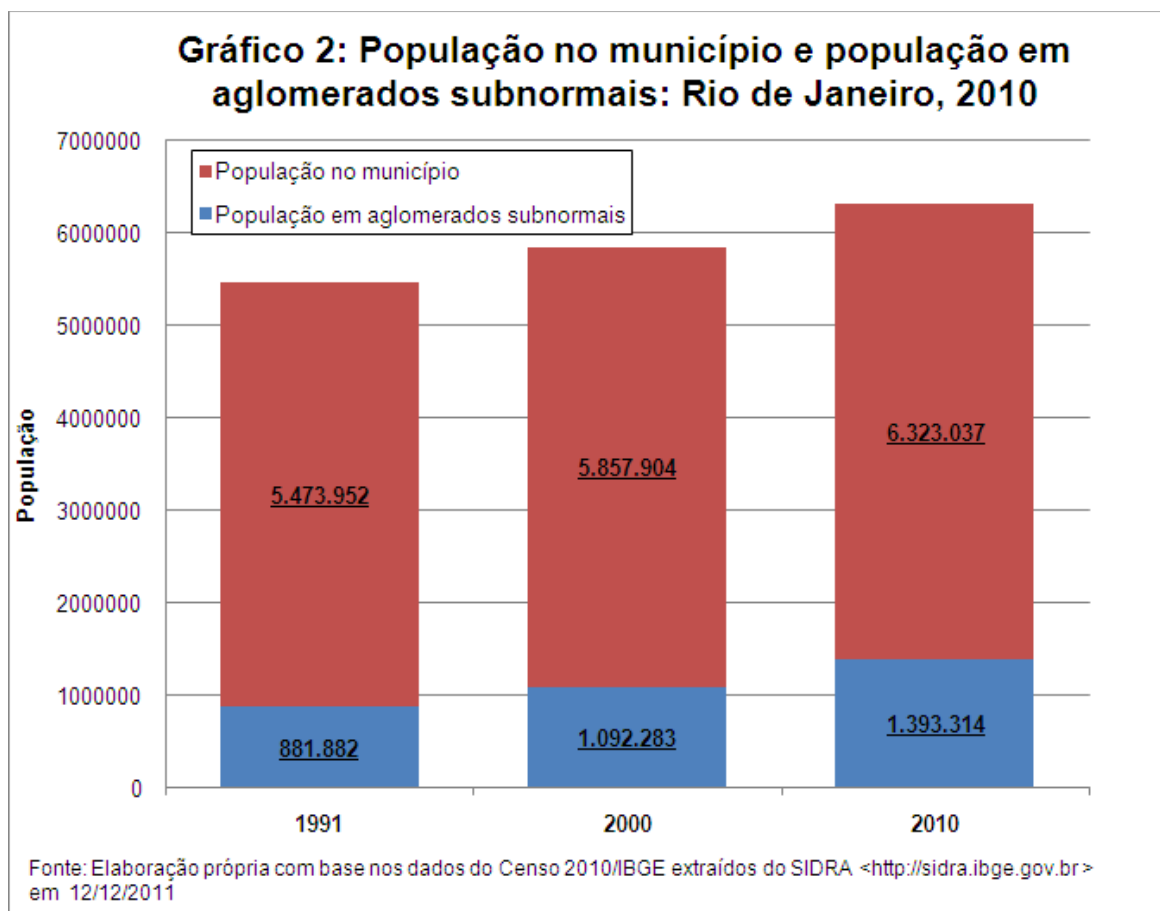
Tabela 2 - Proporção de moradores em aglomerados subnormais nos cinco maiores municípios do Rio de Janeiro, 2010

Município	População residente em domicílios particulares ocupados		Proporção de moradores em aglomerados subnormais (%)
	Total	Em aglomerados subnormais	
Rio de Janeiro	6.288.588	1.393.314	22,16
São Gonçalo	998.414	12.573	1,26
Duque de Caxias	854.629	61.452	7,19
Nova Iguaçu	795.718	9.541	1,2
Niterói	485.191	79.623	16,41

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo 2010/IBGE extraídos do SIDRA <<http://sidra.ibge.gov.br>> em 12/12/2011

Cidades como São Gonçalo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu que são vistas pela população fluminense como cidades pobres, apresentam proporções muito mais baixas do que a capital do estado.

O número de moradores em favelas já ultrapassou 1 milhão a mais de uma década (Censo/IBGE). Este crescimento em ritmo acelerado em favelas continua preocupando. A população carioca total cresce em ritmo inferior a população carioca residente em favelas. Como pode ser visto no gráfico 2, nos últimos 20 anos, a população favelada aumentou quase 4 vezes mais do que a da cidade. A população nas favelas cresceu 57,9% entre 1991 e 2011. No mesmo período, a população da cidade cresceu 15,5%.



Buscando melhoras na infra-estrutura das favelas cariocas, o Governo Federal direcionou seu Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para a urbanização destas. O programa contempla ações, obras e serviços com abordagem das questões urbana, habitacional, fundiária e ambiental. Sendo uma de suas prioridades o investimento em infra-estrutura, ele atua principalmente em áreas como saneamento, melhorias habitacionais, acessibilidade, creches e postos de saúde, entre outros⁵.

Visando solucionar o problema da segurança nas favelas cariocas, o Governo do Estado do Rio de Janeiro criou por decreto em 2008, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). Estas com o objetivo de recuperar para o Estado o papel de agente punitivo único e legítimo em territórios sobre o domínio de traficantes de drogas e de armas (IETS, 2011).

A primeira UPP foi instalada em 28 de novembro de 2008, na favela de Santa Marta no bairro de Botafogo. Hoje, já existem 19 Unidades no município. A mais recente, instalada em 18 de janeiro de 2012, foi a UPP do Vidigal.

O programa começou a ser implantado em comunidades da Zona Sul da cidade e sofreu muitas críticas por escolher a região mais rica da cidade ao invés das mais violentas e

⁵ Fonte: < <http://www.brasil.gov.br/pac/o-pac/conheca-o-pac> >

vulneráveis, como era esperado. Segundo as autoridades responsáveis, o objetivo era começar em favelas de menor porte e, depois, com um maior efetivo de policiais preparados para tal atuação, ocuparem as favelas maiores⁶.

De fato, foram atendidas outras regiões como a Zona Oeste (Cidade de Deus e Jardim Batan) e Zona Norte (Morro da Mangueira, Morro dos Macacos, Morro do Turano, entre outras cinco). A previsão dada pelo programa é que em março de 2012, a maior favela da cidade, a Rocinha, receba também uma Unidade de Polícia Pacificadora. Esta será seguida de unidades no Complexo do Alemão e Complexo da Penha. As UPP se tornaram uma importante arma do governo e hoje já são beneficiadas cerca de 280 mil pessoas⁷.

As UPPs são vistas pelo governo como uma base para o desenvolvimento social nas favelas. A proposta é que a partir da pacificação se possa entrar nessas localidades, antes dominadas pelo crime organizado, e levar a seus moradores insumos para que estes possam ter melhores condições de vida.

O desenvolvimento consistente e contínuo só é possível se com a pacificação vier à provisão de acesso a bens e serviços de qualidade, como infra-estrutura urbana, saúde, educação, e apoio ao desenvolvimento empresarial sustentado, entre diversos outros. “A pacificação do território é essencial, mas não suficiente, para garantir o bem estar” (IETS, 2011).

As favelas do Rio de Janeiro são, hoje, um assunto à parte. Durante muito tempo as comunidades carentes sofreram com o descaso do governo e do restante da população. Hoje essa realidade aos poucos começa a mudar. As favelas ganharam atenção internacional e passaram a ser vistas e valorizadas pelo município, pelo Estado e pelo Brasil.

3. Discriminação espacial no mercado de trabalho

O objetivo desta seção é exibir o conceito de discriminação espacial no mercado de trabalho. No primeiro tópico veremos a definição de discriminação e como esta pode ser praticada no mercado de trabalho. Serão apresentadas as diversas situações em que pode ocorrer discriminação e as justificativas que podem explicá-las. Em seguida, no segundo tópico, será apresentado o conceito de discriminação espacial. E por fim, iremos nos deparar com os dados descritivos referentes às diferenças de renda entre bairros pobres e ricos do município do Rio de Janeiro.

⁶ Fonte: < <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2009/12/01/ult5772u6441.jhtm> >

⁷ Fonte: < http://upprj.com/wp/?page_id=20 >

3.1. Discriminação no mercado de trabalho

A discriminação ocorre quando um indivíduo fica impedido de exercer algum direito por este possuir determinada característica.

A questão aparece no mercado de trabalho quando se observam diferenças significativas e persistentes de renda entre diferentes grupos de raça, cor, sexo, lugar, etc. Esses diferenciais continuam a existir mesmo quando nos deparamos com indivíduos com as mesmas características, só diferenciando a característica discriminável. Usam-se, como controle, características observáveis, como educação, idade, ocupação, etc. e então vemos o que ocorre com a renda. Caso esta varie, podemos dizer que há evidências de que existe discriminação no mercado de trabalho. Segundo Fernandes (2002), a “discriminação no mercado de trabalho pode ser definida como a situação em que pessoas igualmente produtivas são avaliadas diferentemente pelo mercado com base no grupo ao qual pertencem. Ou, ainda, existirá discriminação no mercado de trabalho se pessoas são diferenciadas pelo mercado com base em atributos não produtivos.”

No Brasil, quase metade da desigualdade em remuneração do trabalho provém de diferenças em capital humano entre trabalhadores (Barros, Franco, Mendonça, 2007). Segundo os autores, o constante aumento da qualidade do sistema educacional nos últimos anos tem influenciado diretamente na redução da diferença de remuneração entre os trabalhadores, este benefício é provindo da melhora decorrente de capital humano e de reduções nos diferenciais de remuneração por nível educacional. Entretanto, estes mesmos estudos revelam que apenas metade da queda é explicada por essas mudanças. Portanto, ainda resta explicar a outra metade dessa queda na desigualdade em remuneração do trabalho.

Ressaltam Barros, Franco e Mendonça (2007), “há essencialmente duas razões para explicar as disparidades em remuneração do trabalho, as que resultam de diferenças de produtividade e as que decorrem de discriminação ou de segregação na remuneração de trabalhadores com a mesma produtividade.”

Ou seja, uma parte da desigualdade de renda é provida de discriminação. Dado essa premissa, procura-se saber os motivos de existirem a prática da discriminação.

A idéia intuitiva é a de que o mercado é formado por agentes preconceituosos, logo “a fonte de discriminação estaria nos indivíduos” (Fernandes, 2002).

Uma forma de mensurar essa prática é a utilizada por Becker (1971). O autor introduz o preconceito dentro do arcabouço teórico de preferências. Ou seja, um indivíduo que se relaciona com outro que possui uma característica indesejada aufere desutilidade. Dentro desse contexto de preferências discriminatórias no mercado competitivo, Becker formula três

possíveis situações distintas que serão evidenciadas abaixo, conforme estrutura apresentada em Fernandes (2002).

3.1.1 Discriminação em mercados competitivos.

a) Discriminação pelos consumidores

Nesse caso, temos a hipótese de que há consumidores que tem preferências por certo tipo de trabalhador, brancos, por exemplo, e discriminam os demais tipos. Portanto, um consumidor branco ser atendido por um trabalhador negro gera uma desutilidade ao primeiro.

Um produto vendido a um branco por um trabalhador negro é visto como de qualidade inferior. Isso acrescentaria ao preço de reserva de um produto, quando este oferecido por um negro a um branco, um adicional referente à desutilidade gerada pela preferência discriminatória dos consumidores. Portanto, se os salários de brancos e negros fossem iguais, os empregadores só contratariam trabalhadores brancos.

b) Discriminação pelos trabalhadores

A discriminação é feita pelos próprios trabalhadores. Supondo que homens e mulheres possuem a mesma produtividade e que os homens são preconceituosos ao terem que trabalhar com mulheres. Logo, trabalhar com mulheres gera desutilidade aos homens.

Portanto, para trabalhar com mulheres, os homens exigiriam um acréscimo nos seus salários referente à desutilidade que essa atividade gera para eles. Os homens vêem um trabalho onde também aceitam mulheres como um posto com características indesejáveis, enquanto as mulheres seriam indiferentes a trabalhar com homens ou com mulheres.

O resultado deste argumento também é desacreditado. Pois haveria empregadores que só contratariam homens e empregadores que só contratariam mulheres. Este caso, segundo Fernandes (2002), geraria, novamente, segregação e não discriminação.

c) Discriminação pelos empregadores

O agente preconceituoso é o empregador. Supondo que todo o empregador tem o mesmo preconceito contra negros, estes teriam um custo psicológico de se relacionar com trabalhadores negros. Este custo adicional seria adicionado ao custo total dos produtos.

Logo, para maximizar seus lucros, o empresário deve descontar o custo psicológico de se relacionar com negros do salário destes mesmos negros. Isto se caracteriza como preconceito.

Para melhor entendimento, Fernandes (2002) apresenta o seguinte exemplo: Supondo agora que existam dois tipos de preconceituosos. Um empregador com custo psicológico d^1 e outro empregador com custo psicológico d^2 , em que o primeiro é menos preconceituoso sendo $d^1 < d^2$. Se o número de empregadores com menor ou nenhum preconceito contra negros fosse maior do que o número de trabalhadores negros, então todos os negros estariam empregados nessas empresas. Assim sendo, a medida de discriminação no mercado de trabalho seria determinada pelos empregadores menos preconceituosos.

3.1.2 Discriminação em mercados não competitivos.

Outra forma de tentar justificar a existência de preconceito seria abandonar a hipótese de mercados competitivos.

Em um mercado monopolista, por exemplo, os empregadores atuam com lucros extraordinários. Logo, para estes seria possível abrir mão de uma parte de seus lucros para cobrir o custo provido pela desutilidade gerada pelo preconceito.

Porém, em mercados monopolistas, o salário é dado pelo mercado. O empregador não tem controle sobre isso, caso tivesse, não mais seria um monopólio, mas sim um monopsônio. Logo, tal mercado poderia gerar segregação e não discriminação.

Em um monopsônio, o empregador tem controle total sobre os salários dos seus empregados. Portanto, estes podem pagar um salário mais baixo aos trabalhadores que apresentam características discriminadas. Todavia, os monopsônios são raros e insuficientes para explicar a discriminação no mercado de trabalho como um todo.

O autor ainda aponta mais um argumento para tentar explicar a discriminação no mercado de trabalho. Neste, os trabalhadores apresentam características distintas e são avaliados pelos empregadores puramente pela sua produtividade.

Supondo, por exemplo, dois grupos distintos, o primeiro com produtividade média de 1 e o segundo com produtividade média de 2. Nesse caso, o segundo grupo como um todo seria avaliado como mais produtivo que o primeiro. Mas e se no primeiro grupo existir um indivíduo com produtividade 2, o que é possível, visto que o grupo é avaliado pela média. Este indivíduo, que tem produtividade maior, seria avaliado como de baixa produtividade. Neste caso, há outra espécie de discriminação, a discriminação estatística (Fernandes, 2002).

Este tipo de discriminação, porém, só é válida para trabalhadores individuais. Quando olhamos o mercado de trabalho como um todo, o argumento se torna insuficiente.

3.2. Discriminação espacial

A discriminação no mercado de trabalho ocorre quando indivíduos, cuja produtividade do trabalho é a mesma, recebem salários diferentes. No caso da discriminação espacial, esta diferença se dá por questões demográficas. Na sociedade é comum histórias de discriminação contra grupos de diferentes regiões, esta por motivos étnicos, culturais, religiosos ou econômicos.

Há uma extensa literatura sobre o assunto, e os estudiosos buscam evidências dessa discriminação no mercado de trabalho em vista dos impactos sociais e do prejuízo econômico que este gera.

Segundo Pero (2005), “a literatura tem dedicado seus esforços na tentativa de mensurar os impactos sociais da discriminação espacial, mais ou menos estruturada, e sua configuração em termos de dinamismo econômico, hábitos de consumo, reprodução dos padrões de desigualdade e de bem estar em suas varias dimensões (incluindo saúde, educação, saneamento, violência social, etc.), habilidades pessoais, criação e reprodução do fundamentalismo cultural, entre outros.”

A dificuldade de se mensurar a discriminação espacial é muito grande, apesar do contexto geográfico deste tipo de discriminação ser de fácil identificação.

Ao observar determinada região que sofre com a falta de provisão de recursos e serviços comuns a outras regiões, pode-se levantar a hipótese de haver discriminação. As favelas cariocas são um exemplo disso, a falta acesso a bens e serviços de qualidade, como infra-estrutura urbana, saúde, educação, entre diversos outros fazem destas uma das mais graves questões sociais do município do Rio de Janeiro.

Nas palavras de Ventura (2000): “(...) durante este século, desde a Reforma Pereira Passos e passando pelos planos Agaches e Doxiadis, a opção foi sempre pela separação, senão pela simples segregação. A cidade civilizou-se e modernizou-se, expulsando para os morros e periferia seus cidadãos de segunda classe. O resultado dessa política foi uma cidade partida.”

Os programas sociais implantados nas favelas cariocas estão melhorando as condições de vida de seus moradores. Estes trazem melhorias em infra-estrutura urbana, saúde, educação, áreas de lazer, segurança, entre outras. Mas ainda assim, a população das favelas ainda carrega o estigma de “favelado” e esse muitas vezes é decisivo na escolha de um trabalhador em uma entrevista de emprego.

3.3. As disparidades nos rendimentos dos trabalhadores cariocas

As favelas, desde seu surgimento, abrigam trabalhadores com pouca ou nenhuma qualificação profissional. Estes se posicionaram estrategicamente próximos aos lugares onde o mercado de trabalho estava aquecido e se dispunham a aceitar qualquer tipo de trabalho.

Um número grande de migrantes incrementou a densidade demográfica das favelas cariocas, principalmente nordestinos cuja esperança por uma melhor qualidade de vida os trazia para o Rio de Janeiro. As favelas eram as únicas opções de residência para essa população pobre. Logo, as favelas foram ocupadas, em sua grande maioria, por trabalhadores braçais sem nenhum tipo de qualificação profissional.

Portanto, seguindo esse raciocínio, a diferença nos rendimentos entre os moradores de favelas ou não favelas podem ser explicadas, a princípio, tanto pela discriminação de rendimentos quanto pela segregação profissional (Pero, 2005).

Dados do Censo Demográfico de 2010 exaltam a diferença que há entre favela e asfalto. Uma análise feita em bairros com características de favelas e bairros nobres da cidade que se localizam próximos uns dos outros evidenciam a diferença entre eles.

Na tabela 3 foram selecionados bairros próximos. Leblon e Vidigal, Gávea e Rocinha, que fazem divisas uns com os outros, e Barra da Tijuca e Cidade de Deus, que são muito próximos.

Os bairros do Leblon, Gávea e Barra da Tijuca abrigam moradores de classe alta, enquanto Vidigal, Rocinha e Cidade de Deus são bairros com características de favelas, isto é, abrigam moradores de classe baixa.

Tabela 3: Porcentagem de domicílios particulares permanentes por classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita: bairros do Rio de Janeiro, 2010

(%)

Município e bairros	Sem rendimento	Salário Mínimo								Não declarado
		Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10	
Rio de Janeiro - RJ	4,3	3,4	10,8	23,6	23,7	10,0	9,9	9,2	5,1	0,1
Leblon	5,7	0,4	1,1	4,2	7,2	5,2	11,5	28,1	36,6	0,1
Vidigal	5,9	4,3	16,2	36,6	25,3	5,7	2,6	2,3	0,9	0,0
Gávea	4,7	0,2	1,4	5,6	10,8	7,4	14,4	29,3	26,2	0,1
Rocinha	6,4	4,8	18,3	38,8	26,5	3,7	1,2	0,3	0,0	0,0
Barra da Tijuca	4,8	0,5	1,0	3,0	6,0	5,9	14,5	32,7	31,4	0,3
Cidade de Deus	3,9	5,9	17,8	37,1	27,1	5,2	2,3	0,7	0,1	0,0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo 2010/IBGE extraídos do SIDRA <<http://sidra.ibge.gov.br>> em 12/12/2011

Pode-se ver que nos bairros com características de favela, a maior porcentagem de domicílios particulares permanentes estão na classe de renda domiciliar per capita entre mais de ½ até 1 salário mínimo, no Vidigal 36,6%, na Rocinha 38,8% e na Cidade de Deus 37,1%. Nos bairros mais abastados, por outro lado, a maior porcentagem está localizada na classe de renda domiciliar per capita de mais de 5 a 10 salários mínimos, no caso de Gávea 29,3% e Barra da Tijuca 32,7%, e na classe com mais de 10 salários mínimos, no caso do Leblon 36,6%.

Nos bairros pobres, mais da metade dos domicílios possuem rendimento nominal mensal de até 1 salário mínimo. Já nos bairros ricos, a grande maioria dos domicílios possuem rendimento nominal mensal superior a 5 salários mínimos.

Na comparação com o município do Rio de Janeiro, notamos que a moda (marcada em azul) dos rendimentos nos bairros do Vidigal, Rocinha e Cidade de Deus se encontra um pouco abaixo da moda do município. Enquanto nos bairros do Leblon, Gávea e Barra da Tijuca, a moda está muito acima do município.

A tabela 4 mostra a razão de domicílios com a menor faixa de rendimento da análise, até ¼ de salário mínimo. A diferença entre os bairros ricos e pobres é quase o dobro, sendo que nos ricos varia entre 9,8% a 11,2% e nos pobres varia entre 4,9% e 6,2%.

No município do Rio de Janeiro, a razão de domicílios com até ¼ de salário mínimo é de 7,7%. Novamente quando comparados ao município, os bairros ricos estão em uma posição muito melhor, enquanto os bairros pobres em uma muito pior.

Tabela 4: Razão de domicílios com até 1/4 de salário mínimo: bairros do Rio de Janeiro, 2010

Município e bairros	Razão de domicílios
Rio de Janeiro - RJ	7,7%
Leblon	6,2%
Vidigal	10,3%
Gávea	5,2%
Rocinha	9,8%
Barra da Tijuca	4,9%
Cidade de Deus	11,2%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo 2010/IBGE extraídos do SIDRA <<http://sidra.ibge.gov.br>> em 12/12/2011

Quando analisamos os rendimentos médios e medianos, a diferença entre os bairros é gigantesca, como visto na tabela 5. No Leblon, o rendimento médio é de R\$11.633, mais de 6 vezes maior do que no Vidigal que possui rendimento médio de R\$1.744. Na Gávea, o rendimento médio é de R\$12.113, enquanto na Rocinha é 1.496, ou seja, 8 vezes maior. Entre Barra da Tijuca e Cidade de Deus, a diferença é de 7 vezes, no primeiro o rendimento médio é de R\$9.338 e no segundo é de R\$1.291.

Tabela 5: Rendimento médio e mediano de trabalhadores em domicílios com rendimento: bairros do Rio de Janeiro, 2010

(em R\$ de 2010)

Município e bairros	Rendimento médio	Rendimento mediano
Rio de Janeiro - RJ	3540	1880
Leblon	11633	8800
Vidigal	1744	1200
Gávea	12113	9500
Rocinha	1496	1200
Barra da Tijuca	9338	6500
Cidade de Deus	1291	1020

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Censo 2010/IBGE extraídos do SIDRA
<<http://sidra.ibge.gov.br>> em 12/12/2011

A mediana não é afetada por valores extremos, logo ela pode evidenciar melhor as desigualdades na renda. No Leblon, o rendimento mediano é de R\$8.800 enquanto no Vidigal é de R\$1.200. A maior diferença está entre os bairros da Gávea e da Rocinha, no primeiro a renda mediana é de R\$9.500 e no segundo é de R\$1.200. A menor diferença está entre os bairros da Barra da Tijuca e da Cidade de Deus, no primeiro a renda mediana é de R\$6.500, enquanto na segunda é de R\$1020.

Apesar das diferenças nos indicadores de renda, não podemos afirmar que estas são decorrentes da discriminação. Devido a toda a história dos moradores das favelas, estas podem ter outras explicações, como por exemplo, as disparidades observadas na qualificação profissional. Para verificar se há discriminação, deve-se fazer uma análise mais aprofundada, observando as características dos trabalhadores de favela e asfalto.

As tabelas vistas neste tópico 2.3 evidenciam como é grande a desigualdade de renda no município do Rio de Janeiro. As grandes diferenças nos rendimentos analisadas entre

bairros “vizinhos” mostram que a separação entre ricos e pobres é muito pequena na questão espacial e muito grande na questão da renda.

4. Discriminação espacial nas favelas do Rio de Janeiro

4.1. Metodologia

Na busca por evidências sobre discriminação no mercado de trabalho, tenta-se relacionar o rendimento dos trabalhadores com suas características observadas. Na literatura há uma extensa discussão metodológica sobre a estimação de equações de rendimento.

O objetivo é estimar como cada uma das variáveis utilizadas no modelo impacta sobre o rendimento do trabalhador. Neste estudo, será utilizada uma variante da equação de rendimentos idealizada por Mincer (1974).

As equações mincerianas relacionam o logaritmo do rendimento com escolaridade, experiência, experiência ao quadrado e possivelmente outros atributos (Neri, 2011). O modelo de regressão típico decorrente da equação minceriana é:

$$\ln w = \beta_0 + \beta_1 educ + \beta_2 id + \beta_3 id^2 + \gamma' x + \epsilon \quad (eq. 1)$$

onde w é o salário mensal recebido, $educ$ é uma nível educacional medido em anos de estudos, id é a experiência medido em anos de idade, id^2 é a experiência ao quadrado e x é um vetor de características observáveis do indivíduo.

Os β 's são os coeficientes e representam os ganhos no rendimento decorrente da adição de uma unidade de determinada variável, eles medem o impacto da variável explicativa no logaritmo do salário mensal. Por exemplo, se β_1 apresenta, após rodar a regressão, um resultado de 0,06, isto quer dizer que um ano a mais de idade impacta em um aumento de 6% no salário mensal do trabalhador.

Devido aos efeitos positivos que os níveis de escolaridade e a experiência dos trabalhadores têm sobre o seu rendimento, teremos $\beta_1 > 0$ e $\beta_2 > 0$. O termo idade ao quadrado gera um $\beta_3 < 0$, isto é, os aumentos no rendimento proporcionado pelo acúmulo de idade têm crescimento marginal decrescente.

O ϵ é o termo estocástico e, por hipótese, este deve ter uma média populacional igual a 0, pois assim o modelo leva em conta a aleatoriedade observada no mundo real.

Neste estudo, as características utilizadas na regressão podem ser divididas em quatro: as características pessoais (dummy para cor, dummy para raça, idade e idade ao quadrado), as

características educacionais (dummies para cada ano de escolaridade), as características de mercado de trabalho (jornada semanal de trabalho e dummies para posição na ocupação principal) e por fim as características regionais (dummy para favela).

4.2. Base de Dados

Não existe uma base de dados que analise setores tão específicos como bairros ou favelas. No caso do Rio de Janeiro, pesquisas em favelas são muito complexas de serem realizadas, pois há diversos empecilhos encontrados, como a falta de uma clara organização urbana, o custo elevado e os altos índices de violência.

O último registro que nos permite uma análise aprofundada sobre setores tão específicos é o Censo Demográfico produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Este abrange todo o território nacional e permite que análises a níveis geográficos tão pequenos sejam realizadas. Porém, os dados mais recentes divulgados pelo IBGE são para o ano 2000, o que consiste em uma defasagem temporal muito grande. Um novo Censo Demográfico foi realizado em 2010, mas os resultados até o presente momento não foram divulgados a níveis setoriais, apenas em nível agregado.

A solução encontrada para analisar a discriminação espacial, objeto deste artigo, foi utilizar os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), também produzida pelo IBGE. A PNAD é uma pesquisa domiciliar realizada anualmente (exceto em anos do Censo Demográfico que são realizados de 10 em 10 anos), sendo o seu último resultado divulgado em 2009. Apesar de ser uma pesquisa amostral, cobre todo o território nacional.

Segundo relatório do IBGE⁸, a PNAD investiga de forma permanente, características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento e habitação e outras, com periodicidade variável, de acordo com as necessidades de informação para o país, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, segurança alimentar, entre outros temas.

Para realizar o presente estudo, construímos um universo de análise que considera alguns filtros. O primeiro filtro aplicado refere-se à área do município do Rio de Janeiro, já que o intuito é analisar a cidade carioca. O filtro para município foi feito com base na variável UPA (“delimitação do município”) e no tamanho da população. Como o Rio de Janeiro é a capital do Estado e, portanto, um município auto-representativo, entra na amostra da PNAD com probabilidade unitária. Desta forma, sendo selecionado para a amostra e tendo em vista

⁸ Relatório disponível no site do IBGE <<http://www.ibge.gov.br>>

que constitui o município do Estado do Rio com maior população sua identificação é feita permitindo a realização do filtro acima.

O segundo filtro foi feito para os trabalhadores ocupados no período de referência da semana em que a pesquisa foi realizada. O terceiro e último filtro excluem os trabalhadores que não possuem renda.

O termo “favela” não é empregado pelo IBGE, para a análise foram considerados os domicílios que se encontram em aglomerados subnormais.

Antes de entrar nos resultados gerados pela equação de rendimentos, vale fazer uma análise sobre as características da amostra. Os indicadores apresentados a seguir serão úteis para explicitar as características dos moradores da favela e asfalto e compreender melhor os resultados.

a) Características Pessoais

A maioria dos moradores é do sexo masculino, tanto nas favelas quanto no asfalto. Fora das favelas, a população feminina apresenta uma proporção maior (45,8%) frente àquelas que vivem em favelas (43,2%).

Com relação à cor, a maioria dos trabalhadores da amostra é branca, sendo a proporção destes nas favelas é de 53,1%, inferior a porcentagem do asfalto (62,5%). Nas favelas, os negros representam 12,4% da população enquanto os pardos são 34,4%. Fora da favela, as proporções caem, sendo negros 9,3% e pardos 28,1% da população. Os amarelos são minoria, sendo 0,2% em ambos os casos.

Quando olhamos a composição etária da população também observamos que as diferenças entre asfalto e favela são muito pequenas. A maioria está na faixa etária de adultos, maiores de 25 anos e menores 59 anos.

Tabela 6 - Características Pessoais

Indicadores	Favela	Não Favela
Sexo		
<i>Homem</i>	56,8%	54,2%
<i>Mulher</i>	43,2%	45,8%
Cor		
<i>Branco</i>	53,1%	62,5%
<i>Negro</i>	12,4%	9,3%
<i>Amarelo</i>	0,2%	0,2%
<i>Pardo</i>	34,4%	28,1%
Grupos de Idade		
<i>Jovens (15 a 24 anos)</i>	14,8%	13,5%
<i>Adultos (25 a 59 anos)</i>	77,6%	79,0%
<i>Idosos (60 anos ou mais)</i>	7,5%	7,5%
Tamanho da amostra	4280	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) de 2009

Nas favelas, a maioria dos trabalhadores entrevistados são adultos do sexo masculino que se declaram da cor branca. Não existem grandes diferenças em termos de características pessoais dos moradores fora e dentro das favelas.

b) Características educacionais

O nível educacional de um indivíduo repercute diretamente em sua renda. Um maior grau de escolaridade dá ao trabalhador a possibilidade de barganhar um salário melhor. A tabela 7 mostra as diferenças com relação ao nível educacional dos moradores das favelas e fora delas.

Tabela 7 - Características educacionais

Indicadores	Favela	Não Favela
Escolaridade¹		
<i>Ensino Fundamental</i>	63,1%	23,8%
<i>Ensino Médio</i>	32,7%	39,8%
<i>Ensino Superior</i>	4,2%	36,4%
Escolaridade Média		
<i>10 a 14 anos</i>	3,9	4,1
<i>15 a 24 anos</i>	8,6	9,2
<i>25 anos ou mais</i>	6,4	7,3

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) de 2009

Nota 1: Ensino Fundamental (0 a 8 anos de escolaridade); Ensino Médio (9 a 11 anos de escolaridade); Ensino Superior (12 anos ou mais de escolaridade)

A maioria dos moradores da favela se encontra no nível fundamental de ensino. Dado que a amostra é limitada a indivíduos ocupados com mais de 10 anos de idade, a população favelada se mostra muito desqualificada para o mercado de trabalho. Este quadro se agrava ao pensarmos que a maioria dos trabalhadores analisados tem entre 25 e 59 anos de idade. Quando comparado à proporção que possuem Ensino Fundamental a diferença entre favela e asfalto é gigantesca. Enquanto 23,8% dos trabalhadores não favelados estão nessa categoria, 63,1% dos favelados não chegaram ao nível médio de ensino. Uma diferença de quase 40 pontos percentuais.

Em grande parte, os trabalhadores que residem fora das favelas tem um nível médio de ensino. Quando comparado à proporção que possui Ensino Médio, a diferença para com os favelados não é muito grande, sendo a proporção destes 32,% frente a 39,8% dos não favelados.

Apenas 4,2% dos trabalhadores favelados chegaram aos patamares mais elevados da educação. Uma diferença gigantesca para os não favelados (36,4%).

Entre crianças e adolescentes ocupadas com 10 a 14 anos, a escolaridade média dos favelados é menor do que as dos não favelados, sendo 3.9 contra 4,1.

Na faixa etária de 15 a 24 anos estão os jovens que estão saindo da escola e entrando no mercado de trabalho. A escolaridade média destes apresenta valores acima de 8 anos, ou seja, na média estes possuem um nível médio de ensino. Novamente, a escolaridade média nas favelas (8,6 anos de escolaridade) é menor do que no asfalto (9,2 anos de escolaridade).

Quando analisamos os trabalhadores com mais de 25 anos, os resultados não são diferentes no comparativo favela/asfalto, sendo os níveis na primeira (6,4 anos de escolaridade) menor do que os da segunda (7,3 anos de escolaridade).

c) Características do mercado de trabalho

As favelas abrigam uma população pobre que tem no trabalho a sua principal e mais importante fonte de renda. Dado o histórico dos moradores das favelas, desde o surgimento destas, vimos que os trabalhadores favelados ocupam os postos de trabalhos de menor necessidade de qualificação e, portanto, os que oferecem os menores salários.

Conforme mostra a tabela 8, a distribuição das proporções quando analisadas as posições na ocupação principal dos trabalhadores varia entre favela e não favela.

Tabela 8 - Características do mercado de trabalho

Indicadores	Favela	Não Favela
<i>Posição na ocupação</i>		
<i>Empregado com carteira assinada</i>	49,3%	43,7%
<i>Empregado sem carteira assinada</i>	21,6%	15,6%
<i>Funcionário público</i>	2,7%	15,8%
<i>Autônomo</i>	23,6%	19,8%
<i>Empregador</i>	2,7%	5,1%
<i>Jornada de Trabalho</i>	40,78	39,10
<i>Rendimento médio</i>	679,76	1.117,44

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) de 2009

Nas favelas, a maioria dos trabalhadores possui um emprego com carteira assinada. A proporção dos empregados com carteira assinada é maior nas favelas do que fora delas, enquanto na primeira 49,3% se encontram nessa posição, no segundo são 43,7%. Este número

seria positivo para as favelas se analisados pontualmente. Quando olhamos as outras posições na ocupação vemos que a melhor condição dos favelados no mercado de trabalho é ilusória.

Dentro do arcabouço formal temos além dos trabalhadores com carteira assinada, os funcionários públicos. Posição muito disputada no mercado de trabalho devido à segurança que esse oferece. Nesta posição, a porcentagem dos não favelados é cinco vezes maior do que os favelados. No asfalto, a porcentagem de funcionários públicos é de 15,8% enquanto em comunidades esta porcentagem é de apenas 2,7%.

Logo, a porcentagem de trabalhadores formais, ou seja, com vínculo empregatício, e com todos os benefícios que estes o asseguram, é de quase 60% fora das favelas, enquanto dentro das favelas essa porcentagem é de 52%.

Na informalidade estão os trabalhadores sem carteira assinada e os autônomos. Os empregados que não possuem carteira assinada são 21,6% nas favelas e 19,8% no asfalto.

Os trabalhadores autônomos não possuem segurança alguma em sua ocupação e não possuem um salário certo, podendo por vezes não ter salário nenhum. Nas favelas os trabalhadores autônomos são 23,6% da massa ocupada. Fora das favelas essa porcentagem é menor, sendo 19,8% dos trabalhadores.

Os trabalhadores informais são 45,2% do total nas favelas cariocas e, entre os não favelados, essa porcentagem é 35,4% dos ocupados. A diferença de cerca de 10% é significativa para podermos afirmar novamente que os favelados estão em uma posição inferior no mercado de trabalho frente aos trabalhadores da não favela.

A última posição da ocupação analisada é a de empregador. A porcentagem de empregadores em favelas (2,7%) é cerca da metade da porcentagem dos empregadores fora das favelas (5,1%). Mais um ponto negativo para a posição inferior dos moradores de favelas.

A jornada de trabalho semanal é mais um indício de que os trabalhadores em favelas estão piores do que os trabalhadores fora dela. Os residentes em comunidades trabalham em média 40,78 horas por semana enquanto aqueles que moram no asfalto têm uma jornada de trabalho de 39,10 horas semanais.

O último indicador observado nos remete a uma análise dos indicadores vistos anteriormente. Os trabalhadores favelados possuem características educacionais muito ruins, tendo em sua maioria um nível apenas fundamental de ensino. Estas características vão impactar nas características no mercado de trabalho desses trabalhadores, pois uma baixa escolaridade deixa o indivíduo em situação ruim no mercado, que possui uma concorrência acirrada. Vimos que, de fato, os trabalhadores das favelas cariocas estão numa posição muito ruim quando comparados aos do asfalto. A jornada de trabalho dos ocupados residentes em

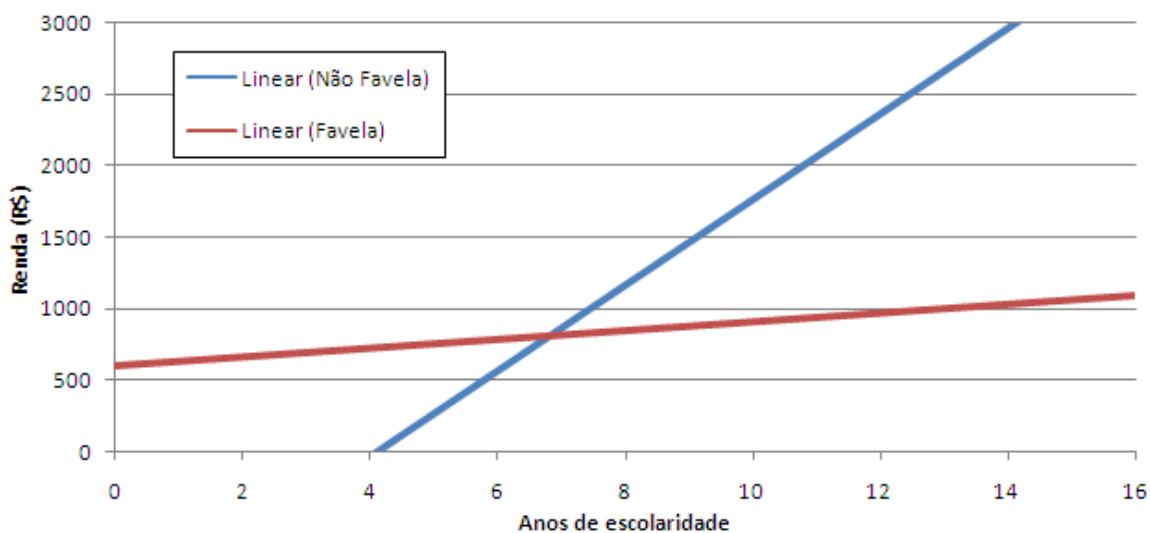
favelas é maior e estes possuem uma porcentagem menor de trabalhadores formais e de empregadores, e uma porcentagem maior de trabalhadores informais.

Quando olhamos o rendimento médio de ambos os grupos de trabalhadores observamos uma diferença espantosa. Os trabalhadores favelados têm rendimento médio de R\$ 679,76. De acordo com o Ministério do Trabalho, o salário mínimo no município do Rio de Janeiro é de R\$ 622,00. Logo, os trabalhadores das favelas recebem em média 1,1% de salário mínimo.

Entre os não favelados, o rendimento médio é R\$ 1117,44, em torno de 1,8% de salário mínimo. A diferença é de R\$ 437,68 entre favela e não favela, isto é, o trabalhador que mora em favelas ganha em média cerca de 60% menos do que o trabalhador que mora fora da favela.

O gráfico 3 faz uma relação entre escolaridade e rendimento do trabalho. Neste foi gerado uma série de dispersão dos moradores em favela e não favela. As linhas mostradas no gráfico representam a tendência linear que a série dispersa apresentou.

Gráfico 3 - Tendência Linear Renda x Escolaridade



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD/IBGE 2009

O intercepto da linha vermelha (favela) indica que uma parte significativa dos trabalhadores nunca frequentou a escola. O intercepto da linha azul (não favela), pelo contrário, indica que os trabalhadores assalariados com menos de 4 anos de escolaridade são pouco representativos.

A inclinação gera uma análise sobre os retornos da escolaridade sobre a renda do trabalho. Para a linha vermelha (favela) os retornos para educação são muito pequenos, isto se dá porque a grande maioria dos trabalhadores em favelas possui apenas o nível fundamental de educação. A linha azul (não favela) é muito inclinada, o que indica retornos muito maiores que os da linha vermelha, isso se dá devido aos altos índices de trabalhadores em nível médio e nível superior de ensino.

Apesar da grande diferença observada nos rendimentos médios entre trabalhadores das favelas e fora delas, não se pode afirmar que se caracteriza discriminação. Quando analisamos as características educacionais e de mercado de trabalho dos ocupados residentes em favelas vimos que há uma grande defasagem nos indicadores apresentados frente aos resultados de não favelados.

4.3. Resultados

Nessa seção, o objetivo é identificar se há discriminação espacial entre favela e asfalto no mercado de trabalho carioca, ou ainda, se existe diferença entre os rendimentos dos trabalhadores que moram em favelas e os que não moram em favelas mesmo quando controlamos características individuais. Para tal, como já descrito na metodologia, iremos estimar uma equação minceriana usando como fonte de informações a PNAD de 2009.

A tabela 9 apresenta os resultados obtidos através da regressão do logaritmo do rendimento dos trabalhadores com características pessoais, características educacionais, características do mercado de trabalho e a característica espacial. Podemos observar que o modelo apresenta um coeficiente de determinação ajustado (R^2 ajustado) igual a 0,52. Temos que 52% da variação do logaritmo de renda é explicada pelo modelo. Este valor indica um bom teor de explicação. O teste F mostra a significância global do modelo. O p-valor do teste F é um valor muito próximo de zero, ou seja, é altamente significativo. Logo, este teste mostra que o modelo como um todo é significativo.

Quando controlamos características inatas como sexo, cor ou idade podemos dizer se há ou não evidências de discriminação. Podemos ver na tabela 9 que o coeficiente para o sexo masculino é positivo e significativo, logo há discriminação entre homens e mulheres na cidade do Rio de Janeiro.

Tabela 9 - Resultados para a equação de rendimentos

Indicadores	Favela	P-Valor
Características pessoais		
<i>Idade</i>	0,0485	0,0000
<i>Idade ao quadrado</i>	-0,0004	0,0000
<i>Cor (Branco)</i>	0,1392	0,0000
<i>Sexo (Homem)</i>	0,3310	0,0000
Características educacionais		
<i>1 ano de escolaridade</i>	-0,0123	0,9363
<i>2 anos de escolaridade</i>	0,0259	0,7985
<i>3 anos de escolaridade</i>	-0,0145	0,8644
<i>4 anos de escolaridade</i>	0,0004	0,9950
<i>5 anos de escolaridade</i>	0,0740	0,3859
<i>6 anos de escolaridade</i>	-0,0564	0,5112
<i>7 anos de escolaridade</i>	0,1557	0,0634
<i>8 anos de escolaridade</i>	0,1902	0,0016
<i>9 anos de escolaridade</i>	0,2064	0,0183
<i>10 anos de escolaridade</i>	0,2120	0,0028
<i>11 anos de escolaridade</i>	0,4350	0,0000
<i>12 anos de escolaridade</i>	0,6202	0,0000
<i>13 anos de escolaridade</i>	0,7071	0,0000
<i>14 anos de escolaridade</i>	0,9336	0,0000
<i>15 anos de escolaridade</i>	1,2112	0,0000
<i>16 anos de escolaridade</i>	1,4493	0,0000
<i>17 anos ou mais de escolaridade</i>	1,9923	0,0000
Características do mercado de trabalho		
<i>Funcionário público</i>	0,1890	0,0000
<i>Empregado sem carteira assinada</i>	-0,2459	0,0000
<i>Autônomo</i>	-0,2021	0,0000
<i>Horas de Trabalho</i>	0,0130	0,0000
Características espaciais		
<i>Favelas¹</i>	-0,0704	0,0237
<i>Observações</i>		4280
<i>R² ajustado</i>		0,52
<i>Teste F</i>	176,26	0,0000

Fonte: Elaboração própria com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) de 2009

Nota 1: Estão sendo considerados como favelas os aglomerados subnormais propostos pelo IBGE.

O coeficiente para trabalhadores brancos é positivo e significativo. Portanto pode-se dizer que há também preconceito entre brancos e negros no mercado de trabalho da cidade.

A idade representa a experiência do trabalhador, o coeficiente positivo e significativo indica que quanto maior a idade e, logo, a experiência, maior é o seu rendimento. Um resultado esperado frente ao que se observa na realidade do mercado de trabalho.

O resultado negativo e significativo da variável idade ao quadrado mostra que os retornos para os rendimentos ao longo do ciclo de vida são crescentes, porém marginais decrescentes, ou seja, um aumento de mais um ano na idade do trabalhador gera um aumento cada vez menor do rendimento.

No resultado do modelo, os primeiros anos de escolaridade não apresentam resultados significativos para a explicação do logaritmo de renda. Nessas faixas de escolaridade estão incluídos aqueles trabalhadores que não tiveram acesso a um curso de alfabetização e aqueles que começaram sua jornada educacional, mas não chegaram sequer a completar o nível fundamental de ensino. Todavia, estes níveis baixos de escolaridade apresentam coeficientes muito baixos ou negativos.

Entre 7 e 8 anos de escolaridade, o trabalhador se encontra no ensino fundamental. Já neste nível educacional, considerados ainda baixos quando o assunto é concorrência no mercado de trabalho, os ganhos marginais são crescentes.

Ao entrar no ensino médio, o coeficiente continua a ter um constante crescimento marginal. Essa diferença entre os coeficientes chega a ser mais de duas vezes maior quando se compara o indivíduo que concluiu o ensino médio ao que concluiu apenas o fundamental e parou.

Conforme os indivíduos vão passando pelos níveis superiores, o aumento nos coeficientes é cada vez maior. Os maiores níveis educacionais relacionados aos maiores níveis de renda comprovam a hipótese de que escolaridade é um forte indicador de produtividade do trabalhador.

Entre as características de mercado de trabalho, observamos que o funcionalismo público é o único dos selecionados que possui coeficiente maior que 0. Esta posição impacta positivamente e sua estatística de testes é significativa a 1%.

A informalidade gera impactos negativos na renda mensal dos trabalhadores. Os trabalhadores autônomos e os sem carteira assinada possuem coeficientes menores que zero. O que mostra a condição profissional ruim que se encontram os ocupados nestas posições.

O impacto de uma hora a mais de trabalho na semana gera um retorno positivo na renda mensal. A variável explicativa jornada de trabalho apresentou coeficiente maior que 0 e seu p-valor mostra que ele é significativo a 1%.

Dois pontos observados por Pero (2005) devem ser mencionados:

- 1) *Importância da qualidade da educação com o aumento da escolaridade*: uma educação básica de qualidade precisa ser oferecida às crianças das favelas para que essas, no decorrer do processo fundamental e médio de educação, possam auferir de melhores condições para buscar o acesso ao nível superior de ensino. Se o acesso às universidades é limitado para os moradores de favelas, estes deixam de concorrer aos melhores postos de trabalho e, portanto, aos melhores salários, gerando assim um processo de segregação.
- 2) *Viés de seleção natural*: dado que o indivíduo alcance um ensino a nível superior, a tendência é que este saia da favela. Um nível universitário proporciona o acesso aos melhores postos de trabalho e, com um rendimento maior, o trabalhador terá condições de buscar melhores condições de vida, logo, a tendência é que este deixe a favela.

Finalmente, os resultados para as características espaciais evidenciam que a dummy para favelas produziu um coeficiente negativo e significativo. Logo, a questão de morar em uma favela causa um impacto negativo na renda do trabalhador.

De acordo com a equação de rendimentos utilizada, o fato de morar em uma favela gera um custo para o trabalhador de 7% na sua renda mensal. Com isso podemos dizer que há evidências de que no Rio de Janeiro haja discriminação espacial no mercado de trabalho. Ou seja, controlando para diversas características dos trabalhadores, nota-se que os trabalhadores que moram em favelas possuem renda mais baixa do que os que não moram nas favelas. É claro que este resultado é apenas um indicativo da existência de discriminação tendo em vista que podem existir outras características (não observadas ou controladas na regressão) que podem vir a explicar as desigualdades entre moradores de favelas e asfalto.

Considerações finais

A questão da integração das favelas à cidade é um dos grandes desafios da cidade do Rio de Janeiro atualmente. Diversos esforços são feitos pelo governo para alcançar tal objetivo e, assim, eliminar o estigma de favelado e todos os problemas que este traz para os moradores que nelas residem.

Neste estudo observamos o mercado de trabalho carioca e evidências foram buscadas para a questão da discriminação entre favela e asfalto. Os rendimentos auferidos entre um e outro são grandes, mas a explicação para o problema em si deveria se limitar a diferenças na qualificação profissional entre os residentes de ambos.

O que caracteriza discriminação é a permanência de diferença nos rendimentos entre um morador da favela e um da não-favela mesmo depois de controladas características observadas como sexo, cor, idade, escolaridade, posição na ocupação e jornada de trabalho.

O resultado apresentado no presente estudo mostra evidências de que há, no Rio de Janeiro, discriminação frente aos moradores de favelas.

Há de se ter em mente que o problema do estigma de favelado permeia no imaginário dos cariocas. Mesmo dentro das próprias favelas isso ocorre, o que leva os moradores que conseguem uma melhor qualificação e, com isso, melhores postos de trabalho e melhores rendimentos a abandonar as favelas em busca de um lugar melhor.

Para que o ‘sonho’ de integrar as favelas à cidade se realize, o governo deve continuar a trabalhar no intuito de diminuir as diferenças socioeconômicas a fim de eliminar de vez o estigma de favelado do imaginário do carioca.

Referências Bibliográficas

ABREU, M. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. IPLANRIO. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1988.

ABREU, M. VAZ, L. **Sobre as origens da favela**. Anais do IV Encontro Nacional da ANPUR, 1991.

BARROS, R. P.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. **A recente queda da desigualdade de renda e o acelerado progresso educacional brasileiro da última década**. Rio de Janeiro, 2007 (Texto para Discussão, n. 1.304).

BECKER, G. **The economics of discrimination**. Chicago: The University of Chicago Press, 1971.

CAMPOS, A. **Do Quilombo a favela. A produção do espaço “criminalizado” no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2004.

FERNANDES, R. **Desigualdade salarial: aspectos teóricos**. In: Corseuil, C. H. et al. (orgs.), *Estrutura salarial: aspectos conceituais e novos resultados para o Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2009*.

Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade - IETS. **Pesquisa sobre Empreendedorismo em Domicílio em Unidades de Polícia Pacificadora**. Rio de Janeiro, 2011.

LESSA, C. **O Rio de todos os Brasis (Uma reflexão em busca de auto-estima)**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2005.

MENEZES-FILHO, N. **Equações de rendimentos: questões metodológicas**. In: Corseuil, C. H. et al. (orgs.), *Estrutura salarial: aspectos conceituais e novos resultados para o Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

NERI, M. **Equações de salários minceriana**. – FGV, 2011 <http://www.fgv.br/cps/pesquisas/Políticas_sociais_alunos/2011/pdf/BES_EquacaoMinceriana.pdf>

PERO, V. **Discriminação no mercado de trabalho: o caso dos moradores de favelas cariocas**. Coleção Estudos Cariocas nº20050301. Rio de Janeiro, 2005.

SILVA, M. N. **A Favela como expressão de conflitos no espaço urbano do Rio de Janeiro: o exemplo da Zona Sul carioca**. Tese (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia do Centro de Ciências Sociais. PUC-Rio: Rio de Janeiro, 2010.

UPP-RJ <<http://upprj.com/wp/>>

VALLADARES, L. **A gênese das favelas cariocas: uma produção anterior as Ciências Sociais**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 15 nº 44. São Paulo, 2000.

VAZ, L. **Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos — a modernização da moradia no Rio de Janeiro**. *Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, Lisboa-PT, 2004.

VENTURA, Z. **Cidade Partida**. São Paulo: Schwarcz, 1994.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à Econometria: Uma Abordagem Moderna**. 2ª edição. Ed. Thompson Learning, 2006.